

PREFÁCIO

O conhecimento expressa e delinea a nossa racionalidade. Com ele, além de preservarmos e trabalharmos o adquirido, nosso e das gerações que nos antecederam, avançamos continuamente no processo de delineamento de uma identidade inacabada. Nossa existência, em certa medida, é indissociável do conhecimento, amálgama que une o passado ao futuro e dá forma ao presente.

A vida sem conhecimento nada mais seria que a vã tentativa de construção de uma habitação sem qualquer alicerce apto a sustentá-la. Ideias e projetos se desvaneceriam ao mais leve sopro e a vida se tornaria um constante reinício, sendo invariavelmente inconclusiva. O conhecimento, quando cultivado, oferece alicerces sólidos como uma rocha, os quais nem a ação do tempo nem as intempéries da sorte podem abalar. Esse cultivo, lembrando Cícero, é a própria filosofia da alma (“cultura *animi philosophia est*”).

O mundo contemporâneo é o mundo do conhecimento: denso ou pueril, empiricamente demonstrável ou cientificamente estruturado, com elevada ou reduzida utilidade, aberto ou hermético, setorial ou tendencialmente universal. São amplas, enfim, as qualificações que se lhe pode atribuir.

A ciência jurídica, por retratar relações humanas, cuja turbulência não precisa ser lembrada ou explicada, é *locus* adequado para a disseminação do conhecimento. A compreensão dessas relações e da funcionalidade das estruturas estatais criadas para facilitar ou, mesmo, viabilizar o seu desenvolvimento, assume ares de essencialidade. Ao manterem entre si uma relação de meio e fim, tornam-se indissociáveis umas das outras.

Publicações científicas desempenham importante papel no processo de construção e disseminação do conhecimento. Formam o espaço propício para o surgimento de teses e antíteses, todas, cada qual ao seu modo, relevantes para moldar e aperfeiçoar uma identidade, mesmo que o seu perfil inicial seja o do puro e simples desconhecimento. Afinal, o delineamento de um problema, por si só, já é o primeiro passo na construção do conhecimento.

Não é por outra razão que a iniciativa do valoroso Ministério Público do Estado de Rondônia, em produzir e publicar a sua Revista Jurídica, vem impactar, positivamente, os caminhos pelos quais o conhecimento é diariamente construído e reconstruído. Abre uma nova frente de debates para o Ministério Público brasileiro, instituição incumbida do exercício de atribuições oceânicas e que, não raro, vê-se comprimida por constantes ataques oriundos dos detentores do poder político e econômico, *exadversus* em muitas de suas iniciativas funcionais.

Temas como *undercover operations* no combate às organizações criminosas; a essencialidade da atuação do Ministério Público em demandas de cunho social; a efetividade da execução de sentenças em ações civis públicas ajuizadas em face dos poderes constituídos; medidas protetivas para mulheres e o combate ao feminicídio; cotas para universitários portadores de necessidades especiais; direitos e garantias no processo constitucional; e a atuação extraprocessual do Ministério Público, especialmente visando ao delineamento de um modelo de humanização do sistema penitenciário nacional, são expressivas contribuições para o debate jurídico, todas incorporadas aos textos que integram este número inaugural.

Esta primeira edição da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Rondônia inaugura um relevante espaço para o debate institucional, oferecendo aos leitores a oportunidade de refletirem sobre inúmeros temas jurídicos contemporâneos, todos de indiscutível relevância em nosso ambiente sociopolítico.

É por todos esses méritos que a iniciativa merece ser saudada e enaltecida, devendo ser prestigiada por leitores e colaboradores, consagrados e anônimos, de modo que todos possam contribuir para o evoluir do conhecimento jurídico.

Boa leitura a todos!

Emerson Garcia

Doutor e Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa.

Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.